

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA  
Processo nº 005446/81

Despacho do Senhor Ministro:

Acolho a decisão do Conselho Superior de Censura que, liberou o filme "Perigo no Céu" - 1ª e 2ª partes, para televisão, em versão remontada.

Brasília, 30 de abril de 1982

IBRAHIM ABI-ACKEL

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 20ª REUNIÃO DO CONSELHO  
NACIONAL DE POLÍTICA PENITEN  
CIÁRIA REALIZADA EM 15.03.82

Às dez horas do dia quinze de março de hum mil novecentos e oitenta e dois, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, EVERARDO DA CUNHA LUNA, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, HEBER SOARES VARGAS, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, NABOR CESAR SIQUEIRA e NEGI CALIXTO. Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior ao Plenário que a aprovou pela unanimidade dos presentes. Em assuntos gerais, o Senhor Presidente informou ao plenário sobre os expedientes que tramitaram no Conselho durante o período compreendido entre doze de fevereiro e doze de março último. Em destaque, informou ainda que a Comissão Revisora do Projeto da Lei de Execução Penal, concluiu aquele relevante trabalho e o encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça. À oportunidade transmitiu aos integrantes da mencionada Comissão, Professores FRANCISCO DE ASSIS TOLEDÓ, JASON SOARES ALBERGARIA, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e RENÉ ARIEL DOTTI, a homenagem e os agradecimentos pela decidida colaboração emprestada aquele trabalho. Idêntico apreço se estendeu também aos Professores Conselheiros SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e EVERARDO DA CUNHA LUNA, que estreitamente colaboraram com a Comissão. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA que comunicou haver recentemente, proferido conferência sobre o Projeto de Lei de Execução Penal em São Luís - Maranhão. E, como relator do Regimento Interno Padrão do Sistema Penitenciário, sugeriu que o citado regimento fosse apreciado após a publicação do Projeto de Lei de Execução, propiciando assim, perfeita compatibilidade com o previsto regimento. Posta em discussão, foi a proposta aprovada pela unanimidade dos presentes. Ainda com a palavra, congratulou-se com o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, por sua inclusão a Academia Paraibana de Letras e, com o Professor EDMUNDO DE OLIVEIRA, por sua investidura ao cargo de Presidente do Instituto de Criminologia do Estado do Pará. Ambas as manifestações

foram acolhidas e reforçadas pelo Colegiado. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES que emitiu parecer sobre a proposta legislativa emanada da Assistência Judiciária Militar do Estado do Rio de Janeiro, demonstrando que, embora o tema esteja fora da competência do CNPP, seria da maior importância a constituição de mais um grupo de trabalho, apto a estudar o problema sobre todos os ângulos, para a elaboração, a seguir, de definitivo Anteprojeto de Lei, tendo em vista a natureza do tema. Concluindo, o relator sugeriu que o ideal seria ainda, que o citado Grupo de trabalho viesse a ser integrado por um Representante do Ministério da Justiça; um da Procuradoria da República; um do CNPP; um da Associação dos Membros da Assistência Judiciária Militar Federal; e um do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - "todos residentes em Brasília, com supressão, portanto, de despesas de transporte e hospedagem" - Submetido a apreciação, foi o parecer aprovado pela unanimidade dos presentes - Como Presidente da Comissão incumbida de propor um projeto de aprimoramento da legislação pertinente aos Conselhos Penitenciários Estaduais, o Senhor Conselheiro NEGI CALIXTO, trouxe ao Conselho as conclusões da Comissão que opinou pela não fragmentação do Projeto de Lei de Execução Penal, tendo em vista o seu capítulo específico - "DO CONSELHO PENITENCIÁRIO" - Entretanto, na oportunidade, sugeriu uma proposta de modificação aos artigos 68 e 69 daquele Projeto, proposta também defendida pelo relator, Senhor Conselheiro ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR. Colocada a matéria em discussão e aprovadas as emendas sugeridas pelos Senhores Conselheiros EVERARDO DA CUNHA LUNA, HEBER SOARES VARGAS e FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, o projeto ficou com a seguinte redação: "Art. 68 - O Conselho Penitenciário é o órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena e será integrado por membros efetivos e suplentes nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios. § 1º - Compõem o Conselho Penitenciário: I - um Professor de Direito de notório conhecimento na área penitenciária; II - um jurista de reconhecido saber jurídico; III - um advogado criminal; IV - um médico psiquiatra especializado em psiquiatria social ou comunitária; V - um psicólogo de comprovada experiência na área penitenciária; VI - um técnico de serviço social que exerça atribuições de interesse comunitário; VII - o dirigente do órgão central da administração penitenciária local; § 2º - A presidência será exercida por um dos seus membros, nomeado pelo Governador, mediante lista tripartite formada pelo Conselho. § 3º - O mandato dos membros do Conselho Penitenciário será de dois (2) anos, permitida uma única recondução. § 4º - A legislação estadual regulará o funcionamento dos Conselhos Penitenciários locais, respeitadas as normas gerais preceituadas nesta lei. Art. 69 - São atribuições do Conselho Penitenciário: I - emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena; II - inspecionar os estabelecimentos destinados ao recolhimento de condenados e de presos provisórios; III - apresentar, no primeiro trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior; IV - supervisionar os patronatos bem como a assistência aos egressos; V - desempenhar outras funções estabelecidas em lei. § 1º - Se o Conselho Penitenciário não emitir parecer no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do pedido, os autos serão encaminhados, independente daquele requisito, ao Juiz da Execução Penal. § 2º - É vedada a requisição de autos do processo criminal ou de outra natureza a que tenha respondido o condenado". Facultado pelo Senhor Presidente, a colocação de assuntos extra-pauta, o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, aludindo-se a uma das primeiras recomendações do CNPP, decorrentes de estudos realizados pelos Senhores Conselheiros JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e ANTONIO ZAPPALÁ, relativos a Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos Penitenciários, comunicou que o Senhor Conselheiro ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, eminente Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Rio